 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 042. Maternidades, partos e cuidado infantil: políticas dos corpos, direitos humanos e antropologia em ação

Rosamaria Giatti Carneiro (UnB) - Coordenador/a, Elaine Muller (UFPE) - Coordenador/a, Giovana Acacia Tempesta (UnB) - Debatedor/a, Fernanda Bittencourt Ribeiro (Pucrs) - Debatedor/a, Camila Pimentel (Fiocruz Pernambuco) - Debatedor/a Este GT pretende dar continuidade ?s discuss?es inauguradas na RBA de 2014 e em outros f?runs de debate antropol?gico nos ?ltimos anos. Se, de in?cio, nos concentramos nos debates sobre parto, assist?ncia m?dica e movimentos de mulheres na atualidade, os ?ltimos anos t?m nos dado mostra da amplia??o da reflex?o nesse campo. A antropologia do parto tornou-se, pouco a pouco, a antropologia das maternidades, dos corpos e da inf?ncia, tematizando literalmente o cuidado em sua vida social desde uma perspectiva de g?nero. Muitos t?m sido os seus desdobramentos que nos incitam a propor este grupo, quais sejam: as maternidades contra-hegem?nicas; as novas parentalidades; as teorias da maternagem, a cria??o com apego, a disciplina positiva e seus dilemas; a vida profissional e a maternidade no s?culo 21; as m?es e defici?ncia no contexto do Zika V?rus; aborto; os movimentos sociais-econ?nicos maternos; a pol?tica e a maternidade; as desigualdades e maternidades; as no?es de inf?ncia; os direitos no/do parto; a pesquisadora como m?e e a antropologia feita por m?es, para al?m, ? claro, dos debates sobre assist?ncia m?dica, leituras de parto, p?s-parto e amamenta??o. Por essa raz?o, trabalhos que contornem esse leque investigativo ser?o mais do bem-vindos no sentido de despertar di?logos antropol?gicos sobre direitos humanos e maternidades em a??o e em amplo sentido.

Modelos de assistência ao nascimento em conflito: disputas e deslocamentos em torno a implementação de um Centro de Parto Normal no sul do Brasil

Autoria: Camilla Schneck, Camilla Alexandra Schneck Laura Cecília López Roniele Sarges

Este work é um estudo de caso que analisa as disputas desencadeadas na tentativa de implementação de um Centro de Parto Normal (CPN) em um hospital universitário no sul do Brasil. O estudo foi primeiramente proposto com o objetivo de acompanhar a implementação de um CPN. Como o CPN não foi implementado devido a vários conflitos locais, este estudo passou a analisar o contexto em que se seguiu da não implementação considerando as discussões que se geraram em torno do modelo de assistência ao nascimento centrado em intervenções médicas, sem base em evidências - denominadas pelas mulheres e outros atores como violência obstétrica - em contraposição às boas práticas propostas pela principal estratégia do Ministério da Saúde do Brasil. Em que pese inúmeras iniciativas de transformação, o modelo de assistência ao parto e nascimento no Brasil é marcado pela intensa medicalização e uso abusivo de intervenções sobre o corpo das mulheres. Dentre as transformações pautadas nos últimos anos nas políticas públicas, a criação de CPN tem sido uma das estratégias para a promoção de um modelo menos intervencionista. Esse modelo tem características diferentes do ambiente hospitalar, insere enfermeiras obstétricas e obstetrizes como responsáveis diretos pelo cuidado e propõe atenção com base na fisiologia além de promover a autonomia das mulheres. Refletiremos, no caso analisado, como a desmedicalização e a desospitalização do parto potencializadas pela criação de um CPN constituíram-se em ?zonas de conflito? entre profissionais (nomeadamente profissionais da área da medicina e da enfermagem obstétrica), ao reforçar assimetrias vivenciadas na rede de saúde, principalmente na instituição hospitalar além de ter ocasionado posicionamentos dos diversos atores em relação aos conceitos de risco relacionado à assistência ao parto.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**